



# Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

**Enangrad Pleno**

ALEX FAGNER MARTINY

CRISTIANE PAIVA QUINTEIRO

MARIA CRISTINA ZORDAN

RUBIA CAMILA HENRICHS RAIHER

APG3 - Administração pública, governo e terceiro setor

**SETOR EXTERNO DOS PAÍSES DO MERCOSUL:  
UMA ANÁLISE LONGITUDINAL**

## **Resumo**

O presente trabalho destina-se a análise qualitativa e quantitativa das transações financeiras e econômicas dos países fundadores do Mercosul, desde o ano de 1991 até 2017. A elaboração tem maior enfoque na situação das contas externas do Brasil frente aos demais países do bloco econômico. As observações são feitas com o auxílio do balanço de pagamentos, peça contábil, qual registra todas as movimentações de valor econômico e fluxo de bens e direitos de uma nação. Este estudo, quanto a sua abordagem, foi considerado sobre a perspectiva de pesquisa qualitativa do tipo descritiva de caráter exploratório, onde identifica-se os pontos fortes e fracos do Brasil em relação a Argentina, Paraguai e Uruguai. Apresenta uma análise acerca da sustentação do bloco, a volatilidade cambial e seus efeitos sobre o balanço de pagamentos; E ainda correlaciona fatos históricos com as turbulências apuradas nos gráficos, evidenciando os resultados de algumas tomadas de decisões dos países estudados.

Palavras-chave: Balanço de Pagamentos; Mercosul; Balança Comercial; Câmbio; Investimento Direto.

## **Abstract**

The present work is aimed at the qualitative and quantitative analysis of the financial and economic transactions of the Mercosur founding countries, from 1991 to 2017. The elaboration is more focused on the situation of the external accounts of Brazil compared to the other countries of the economic bloc. The observations are made with the aid of the balance of payments, accounting piece, which records all movements of economic value and flow of goods and rights of a nation. This study, regarding its approach, was considered on the qualitative research perspective of the descriptive type of exploratory character, where it identifies the strengths and weaknesses of Brazil in relation to Argentina, Paraguay and Uruguay. It presents an analysis about the sustainability of the bloc, the exchange rate volatility and its effects on the balance of payments; And it also correlates historical facts with the turbulences found in the graphs, showing the results of some decision making in the countries studied.

Keywords: Balance of Payments; Mercosur; Trade Balance; Exchange; Direct Investment.

## 1 INTRODUÇÃO

Saito, Savoia e Lazier (2013) entendem que as decisões de investimento e de consumo, e elementos ligados aos ciclos, choques e instabilidade econômica, assim como a integração entre os países, estão ligados às variáveis macroeconômicas. Sambatti, Rissato e Brandenburg (2011) corroboram afirmando em seu estudo a existência de uma relação econômica entre os investimentos diretos e a integração global dos países.

Um estudo realizado por Wang, Faria e Carvalho (2013) diagnosticou que os investimentos estrangeiros diretos são afetados por fatores culturais. Neste sentido, Sambatti, Rissato e Brandenburg (2011) complementam que em termos de contribuição ao crescimento econômico, a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina à economia globalizada foi fortemente influenciada pelo papel que cada região atribuiu ao investimento externo direto dentro das suas estratégias.

Conforme afirma Rodrigues (2010), na América Latina constituiu-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul), resultado do aglutinamento do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991, mediante o Tratado de Assunção. Bastos e Filkelstein (1998) reforçam que a ligação se fez pela vontade de crescimento ser almejada entre o grupo de países, logo, a união produziu o efeito de fortalecimento das nações, ampliando sua interação.

De acordo com Mekitarian (2001) a finalidade dos blocos é o fortalecimento do comércio, das transações correntes entre os países membros. Estes eliminam suas barreiras alfandegárias, diminuem o custo de produção para reduzirem o valor final sobre suas mercadorias, atos que possibilitam o poder de compra e o maior consumo entre os componentes.

O objetivo geral deste estudo visou avaliar a situação das contas externas do Brasil frente aos demais países do Mercosul, visto que o diagnóstico da situação das contas externas do Brasil e dos demais países membros do Mercosul, auxiliam na identificação das tendências de integração com o resto do mundo, por meio de investimentos diretos e transações comerciais. Portanto, é imprescindível interpretar a contabilidade do país e o comportamento dos indicadores de solvência, para avaliar o grau de risco e correlacionar com o movimento de capitais.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo está dividido em três subcapítulos, onde o primeiro trata do balanço de pagamentos e sua estrutura. Câmbio e os tipos de regimes cambiais são abordados no segundo subcapítulo e o terceiro trata sobre o Mercosul.

### 2.1 BALANÇO DE PAGAMENTOS

A definição de balanço de pagamentos é dada como um registro, dentro de determinado período, onde relatam-se todas as movimentações de valor econômico e fluxo de bens e direitos, entre uma economia e o restante do mundo (SANDRONI, 1999; VASCONCELLOS et al., 2006; ARAUJO, LIMA, 2007).

Sendo assim, três espécies de transações internacionais devem ser registradas no balanço de pagamentos, que são estas: I – transações que englobam a exportação ou a importação de bens ou serviços e que, neste sentido, devem ser lançadas de forma direta nas transações correntes; II – transações que englobam a compra ou a venda de ativos financeiros, que devem ser lançadas na conta

financeira; e III – Diferentes atividades que possuem como consequência uma transferência de ativos entre países, devendo essas serem registradas na conta capital (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Já Vasconcellos et al. (2006) afirmam que o balanço de pagamentos é composto por cinco grandes elementos, sendo eles: “balança comercial, conta de serviços e rendas, transferências unilaterais correntes, balança de transações correntes e a conta de capitais”. A balança comercial basicamente registra a compra e venda de mercadorias; A conta de serviços e rendas – que antigamente era denominada balança de serviços – é responsável pelo registro da entrada e saída de Dólares referentes a juros, turismo, lucros e dividendos e outros; A transferências unilaterais correntes relacionam-se com o fluxo de recursos arrecadados por contribuintes nacionais que estejam trabalhando fora do país; A balança de transações correntes, ou conta corrente, é a soma da balança comercial com a balança de serviços e as transferências unilaterais, sendo este o item de maior importância no balanço de pagamentos, visto que evidencia a quantidade de recurso que o país terá que buscar no estrangeiro para não ficar sem reservas internacionais; E por último, a conta de capitais é responsável por indicar as alternativas possíveis para cobrir possíveis déficits em transações correntes.

Sandroni (1999) complementa explicando que estrutura do balanço de pagamentos brasileiro é elaborada seguindo um padrão pré-estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas sempre mantendo sigilo aos dados confidenciais das empresas, instituições financeiras e entidades. A periodicidade pode ser mensal, trimestral ou anual, e é produzida em até quatro semanas após o período estipulado para referência. Paulani e Braga (2012) afirmam ainda que o modo de pagamento internacional é realizado através do Dólar Norte-Americano, portanto os registros são demonstrados todos na mesma moeda.

O estudo de Kenen (1998) aponta que as contas do balanço de pagamentos são fundamentadas nos conceitos do sistema de contabilidade de partida dobrada. Todo o tipo de transação surge uma vez como crédito e uma outra como débito. As pesquisas de Krugman e Obstfeld (2005) demonstram ainda que este referido conceito contábil é legítimo, pois, toda transação possui dois lados, que são estes: se você faz a compra de algum item de um estrangeiro, precisa fazer o seu pagamento de alguma maneira, e o estrangeiro precisa, dessa forma, de alguma maneira gastar ou guardar o seu pagamento.

## 2.2 CÂMBIO E REGIMES CAMBIAIS

Vasconcellos et al. (2006) definem a taxa de câmbio como o preço de qualquer moeda estrangeira em relação ao real, ou, ainda, como a taxa de conversão das moedas de outros países em moeda nacional. A partir disso, entende-se que a quantia de taxas de câmbio existentes é diretamente proporcional à quantidade de moedas estrangeiras. Já Sousa (2009) conceitua taxa de câmbio como o valor da moeda nacional para uma unidade de moeda estrangeira. Declara também que existem dois tipos de classificação de taxa de câmbio: a cotação do certo, que significa que o preço da moeda nacional é usado como referência para com a moeda estrangeira; E a cotação do incerto, cujo modelo é adotado pelo Brasil, que se constitui pela referência da moeda estrangeira em relação à moeda nacional.

O modelo da taxa de câmbio adotada por um país pode ser chamado de regime cambial. Este, consoante a Vasconcellos et al. (2006), pode ser subdividido

em quatro categorias: regime de taxa de câmbio flutuante, taxa de câmbio fixa e bandas cambiais.

Para Paulani e Braga (2012) e Vasconcellos et al. (2006), concordam que tanto a valorização, como a desvalorização da taxa de câmbio têm consequências relevantes para as transações correntes, o impacto estende-se conseqüentemente ao balanço de pagamentos. Garratt (2015) complementa afirmando que os fluxos de entrada no balanço representam créditos e fluxos de saída representam débitos. Esses fluxos são responsáveis por criar demanda ou oferta de moeda. Unidades de crédito criam demanda para a moeda daquele país no mercado de câmbio exterior.

Kennedy (2014) sustenta que o aumento na taxa de câmbio elimina o superávit do balanço de pagamentos, e quando a taxa de câmbio cai acontece o contrário, o déficit é diminuído. Na teoria, em um sistema de flutuação cambial a taxa irá aumentar ou diminuir até que a balança de pagamentos esteja em equilíbrio novamente.

### 2.3 MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

A divisão de poder do mundo contemporâneo se regionalizou no século XX, ao passo que o interesse dos países em buscar aliados aumentou. Essa união gerou a formalização de blocos econômicos, onde as escolhas na composição das nações é geralmente determinada pelos fatores comuns: economia, geografia e até mesmo cultura (BARCELOS et al., 2016).

Mariano (2010) assinala que a integração econômica é um meio do qual os países envolvidos decidem eliminar as barreiras das transações comerciais e de produção, desenvolvendo assim uma maior interação e harmonia entre suas economias ao obter essas adaptações os membros são favorecidos com a construção de um mercado integralizado entre si. Rodrigues (2010) também revela como a globalização forçou os países a se unirem em blocos econômicos, a fim de não perder sua soberania, estabelecendo formas de perpetuar a economia de seus mercados.

No ano de 1991, mais precisamente em 26 de março, estabeleceu-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul) por meio do Tratado de Assunção, que visava a construção de um mercado comum entre os países, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (VIDIGAL et al., 2014).

Um fator importante que influenciou a formação do Mercosul foi o fim da Guerra Fria, com o lado capitalista vitorioso e o desmantelamento da bipolaridade. Os países entendiam que havia necessidade imediata para o desenvolvimento econômico e social da região, e, por estarem atrasados, este seria alcançado somente por meio da cooperação e integração (RÜCKERT, 2004; VERSCHOORE FILHO, 2000).

Conforme Mariano (2010) há vários estágios de integração econômica, o acordo comercial preferencial, área ou zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica, união econômica total. Não há obrigatoriedade de os acordos passarem por todos os estágios. O Mercosul, adota agora o método União Aduaneira, que extingue as barreiras na área de livre comércio, os envolvidos decidiram criar um Tarifa Externa Comum (TEC).

Murta (2013) esclarece que o Mercosul possui quase 12 milhões de quilômetros quadrados, acomodando mais de 200 milhões de habitantes, com o PIB acumulado de US\$ 3 trilhões de Dólares, o que garante ao bloco o quarto lugar no ranking econômico mundial, está antes até mesmo do Nafta, União Europeia e

Japão. Além de demonstrar alto desempenho econômico, o bloco possui a principal reserva ecológica do planeta, com uma importante reserva de energia. Os relacionamentos comerciais são dos mais diversos, são realizados de uma maneira a não privilegiar ou proteger nações não membros e associados.

### 3 MÉTODO

A escolha da metodologia varia conforme os critérios dos objetivos definidos e da formulação do problema da pesquisa. Geralmente é utilizado mais de um tipo de método e técnica na realização da pesquisa (SILVA, 2010).

O estudo abrange os países membros iniciais/oficiais do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A pesquisa envolveu a análise do histórico de balanço de pagamentos de cada país-membro, e o período compreendido foi de 26 anos (1991 a 2017). Já a técnica de análise de dados se deu por meio de análise de conteúdo.

Não há grande quantidade de estudos na área, apesar da importância do assunto. Visto isso, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, pois de acordo com Triviños (1987) a pesquisa desse caráter dedica-se na busca da significância dos dados, na investigação e compreensão das aparências, da essência, origem, comportamento em relação às mudanças e atua também prevendo panoramas futuros, porém não os testando.

A coleta de dados ocorreu na base de dados do FMI e relatórios do BACEN, encontrados em seus respectivos sites, na rede mundial de computadores. No estudo de análise dos setores externos dos países e o Mercosul, utilizou-se o intelecto publicado de diversos autores nacionais e internacionais para fundamentar as deliberações necessárias. Entende-se que transversalmente ao conjunto de convicções dos autores somado às informações oficiais, foi possível estabelecer uma linha de raciocínio para tentar responder questões levantadas no estudo, bem como questões sociais, financeiras e administrativas discutidas no dia a dia.

### 4 RESULTADOS

O motivo do Bloco Econômico Mercosul não atingir um patamar maior de sucesso financeiro e realizar-se como uma verdadeira União Aduaneira é o fato de seu surgimento ter ocorrido de forma precipitada. No momento da aliança, os países optaram priorizar as vontades políticas de seus governos, ignorando suas diferenças econômicas e estruturais. Essas assimetrias dos membros pouco foram sanadas em vinte anos de integração comercial, e o Mercosul ainda é refém da instável corrente comercial entre Brasil e Argentina.

Conforme Vasconcellos et al. (2006), o crescimento do setor externo do Brasil ocorreu a partir de 1968. Até então, as exportações e importações giravam em torno de US\$ 2,5 a 3 bilhões de Dólares, isso ocorreu durante os vinte anos anteriores. Foi então que a partir de agosto de 1968 que o Brasil aderiu à minidesvalorização cambial, com curtos períodos de desvalorização, amparada na teoria da lei da oferta e da demanda. Além disso, tentou aumentar as importações e exportações, através de medidas fiscais, como isenção do imposto de renda, crédito fiscal, o IPI, e o ICM.

Nota-se claramente nos gráficos a discrepância entre os principais membros Brasil e Argentina. Este fato se deve à falta de coordenação macroeconômica, que acaba por afetar diretamente o crescimento conjunto das economias do bloco. Essa afirmação vem ao encontro do que diz Chain et al. (2014), que diz haver outro fator que implica no lento desenvolvimento do Mercosul, este seria por causa das

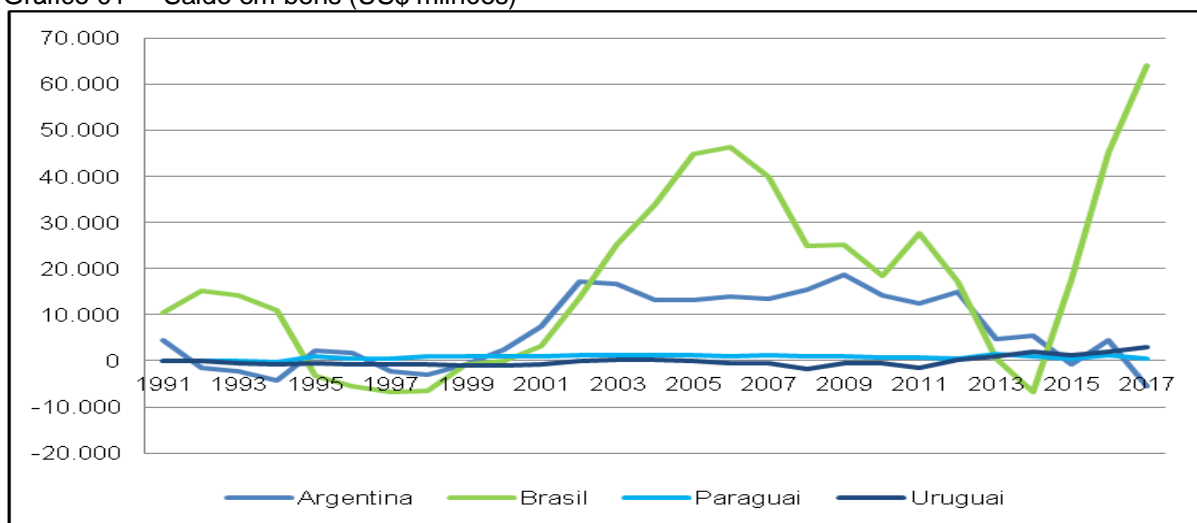
restrições que os países se instituem uns aos outros para a circulação de alguns certos produtos, a TEC estabelecida acaba sendo cobrada duas vezes nessas ocasiões, assim ela não efetua o papel de ser comum para todos os envolvidos.

#### 4.1 PONTOS FORTES E FRACOS DO BRASIL EM RELAÇÃO AO MERCOSUL

O Brasil é o maior importador e exportador do Mercosul. Sua influência é alta, o que lhe permite gozar de um grande poder de decisão frente aos outros países membros. Argentina e Brasil ainda são responsáveis pela sustentação do bloco, suas relações são baseadas nas negociações de veículos automotores e commodities de ferro. A produção dos veículos brasileiros é efetuada no Brasil e também na Argentina. Essa forma de ligação é sujeita a mudanças no setor, o que se assim ocorrer desestruturará fortemente a economia do bloco inteiro e, por conseguinte, toda a América do Sul.

A estabilização da economia gerou anos de crescimento econômico, e em 2004 a prosperidade da economia mundial impactou positivamente o Brasil. As respostas assertivas foram no balanço de pagamentos, no interesse de investimento de origem externa e da competitividade do sistema (MARQUES et al., 2013; CHAIN et al., 2014). Verifica-se a veracidade desta informação no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Saldo em bens (US\$ milhões)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do FMI (2018).

O progresso está diretamente ligado na valorização dos valores das commodities, que são os principais produtos exportados pelo Brasil. A demanda por esses produtos está em constante crescimento e dificilmente poderá ter uma redução significativa de mercado. Entretanto, a falta de controle sobre as cotações pode vir a prejudicar o ramo, uma vez que é o mercado internacional que dita as cotações dos produtos.

Bacha e Oliveira (2006), em seu estudo, concluem que a drástica mudança de moeda prejudicou esta conta mesmo que após a integral inserção do plano, a hiperinflação foi derrotada, mas o desenvolvimento dos mercados de renda fixa público e privado continuaram bastante distantes do esperado, abaixo do que outros países emergentes têm competência de realização.

Os autores também afirmam que confiabilidade do Brasil foi manchada historicamente pelas elevadas e voláteis taxas de inflação, pela tamanha gravidade do processo inflacionário e pelas altas taxas de juros. Também enfrenta problemas



não apenas pelo baixo desempenho da economia, mas pela elevada vulnerabilidade de caráter político e socioeconômico: destaque para a baixa qualidade de serviços públicos, a falta de ética e a corrupção constante na política.

No Quadro 01 está expresso o resultado acumulado das principais contas dos países membros do Mercosul, onde pode-se verificar a dessemelhança entre eles, bem como a polaridade dos resultados calculados.

Quadro 01 – Resultados acumulados das principais contas dos países do Mercosul de 1991 a 2017 (US\$ milhões)

<b>CONTA DO BALANÇO</b>	<b>ARGENTINA</b>	<b>BRASIL</b>	<b>PARAGUAI</b>	<b>URUGUAI</b>
Transações correntes (conta corrente)	(133.021,1)	(688.652,3)	1.627,6	(13.133,0)
Balança comercial (bens e serviços)	83.210,0	8.155,0	17.764,4	12.227,1
Saldo conta de serviços	(93.131,3)	(461.092,3)	(3.880,3)	13.959,9
Rendas primárias	(235.116,9)	(770.125,4)	(25.656,0)	(28.221,2)
Conta financeira	(167.102,8)	(1.018.109,9)	(6.328,9)	(26.073,1)
Investimentos diretos	229.809,6	1.249.359,1	7.006,8	32.495,3
*Investimentos diretos no país	196.742,7	1.033.993,0	6.296,8	26.689,7
*Investimentos diretos no exterior	33.066,9	215.366,1	709,9	5.805,6
Investimentos em carteira	179.377,1	469.857,2	3.485,7	16.939,3
Derivativos	7.326,6	7.191,7	0,0	(65,2)
Outros investimentos	188.646,7	630.559,4	(2.714,6)	15.009,8

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do FMI (2018).

A Argentina acumulou um déficit de US\$ 133 bilhões na conta corrente, após a constituição do Mercosul em 1991, em contraste de quase US\$ 230 bilhões de dólares em seus investimentos diretos. Reflexo positivo do país ter ingressado no bloco foi o crescimento do PIB, devido à medidas tomadas visando a recuperação da economia nacional e do bloco ser o principal destino de suas exportações. Seu principal produto exportado é o farelo de soja, e seu principal comprador é o Brasil.

O Brasil tem o maior saldo negativo do grupo na conta acumulada de transações correntes, entretanto os investimentos diretos no país ultrapassam a marca dos US\$ 1,03 trilhões de Dólares Americanos, o que significa que houve uma larga expansão de empresas multinacionais, gerando emprego, renda e impostos para o país. Já os investimentos diretos no exterior somam apenas US\$ 215 bilhões de dólares, apresentando uma visível desvantagem de oportunidade e incentivo das empresas nacionais. O principal produto exportado pelo Brasil é a soja em grãos e seu principal importador é a China.

Por anos o saldo do balanço de pagamentos do Brasil foi e é livrado de déficits pelos investimentos diretos no país, tática utilizada muitas vezes pela esfera governamental – que frequentemente oferece incentivos para chamar atenção de investidores – na tentativa de sanar maiores prejuízos. A técnica empregada é de curto prazo, pois gera receita para o país, contudo em longo prazo, no momento de retorno financeiro o dinheiro captado em terras brasileiras é redirecionado para o país de origem da empresa, ou seja, para o exterior. Portanto, em longo prazo

poderá ter mais saída de dinheiro de um país para outro, esse efeito pode ser comumente remetido a dinheiro especulativo, cujo valor de entrada pode um dia vir a sair.

Um saldo tímido, porém o único positivo no bloco, o Paraguai e seus US\$ 1,6 bilhões de Dólares na conta corrente, e registra no acumulado pouco mais de US\$ 7 bilhões de Dólares. Seu principal produto exportado é a energia elétrica para seu parceiro Brasil. O país necessita de um bom relacionamento com seus vizinhos, visto que não tem acesso ao mar e depende dos territórios que o cercam tanto para importar quanto para exportar para seus produtos.

O Uruguai acumula US\$ 13 milhões de Dólares em suas transações correntes e pouco mais de US\$ 32 milhões nos investimentos diretos. Desmembrando estes investimentos, verifica-se a baixa aplicação de capital no estrangeiro, que aponta somente US\$ 5,8 milhões na somatória, uma diferença de mais de US\$ 209 milhões de Dólares em relação a mesma conta do líder Brasil.

#### 4.2 TRANSAÇÕES CORRENTES *VERSUS* INVESTIMENTOS DIRETOS

A entrada de recursos de investimentos diretos nos países se dá por diversos fatores. Para muitos países o intuito principal é financiar o déficit das transações correntes, que tende a ser um ponto crítico de desequilíbrio no balanço. É entendido que os investimentos estrangeiros podem criar novas atividades, bem como competências, uma vez que exista um governo que medie políticas de incentivo à estas práticas, direcionando o capital para setores que estimulem as exportações e a dilatação da capacidade produtiva.

A transações correntes por si revelam a quantidade de capital que o país deverá angariar no exterior a fim de manter suas reservas internacionais saudáveis. E o sentido, ou pelo menos um deles, do bloco é este: fortalecer o comércio, e, por fruto, suas contas de transações correntes.

Outro item que deve ser destacado e observado que influencia vigorosamente no saldo de transações correntes é a cotação da moeda nacional em relação ao Dólar, visto que as exportações sofrem interferência direta dele. Se houver desvalorização da moeda nacional, por exemplo, o saldo de transações correntes se inclinaria a registrar valores positivos em razão do conseqüente aumento das exportações. Em outras palavras, quanto maior é a cotação do dólar, maior será a possibilidade da conta de transações correntes ficar positiva (ou menos negativa) e proporcionalmente maior a possibilidade de investimento estrangeiro no país (MEDICI, 2018; HOLLAND, VIEIRA, CANUTO, 2004).

#### 4.3 EFEITOS DO CÂMBIO SOBRE O BALANÇO DE PAGAMENTOS

As crises cambiais ocorreram de maneiras distintas. Sobre esta afirmação, Krugman (1979) diz que as explicações são igualmente diferentes. Em seu estudo, relatou uma série de modelos quais conferiam a crise cambial à inconformidade entre o valor da taxa de câmbio ditado pela soberania monetária e suas variáveis, como, por exemplo, o excessivo déficit público. Esses modelos são chamados de modelos de primeira geração.

É possível compreender que há uma relação direta entre estes, visto que como o câmbio representa o valor de uma determinada moeda em relação à outtrade outro país, a variação cambial influencia todos os tipos de transações internacionais.

Em um cenário de valorização cambial, certamente haverá um aumento de importações e conseqüente aumento da conta “balança comercial”, por exemplo, pois será necessária menor quantidade de moedas nacionais para comprar a mesma quantidade de moedas estrangeiras. Assim, durante a valorização do câmbio, os produtos nacionais tornam-se mais caros em relação aos estrangeiros, gerando um possível déficit na conta corrente. Na condição de desvalorização cambial, o inverso acontece.

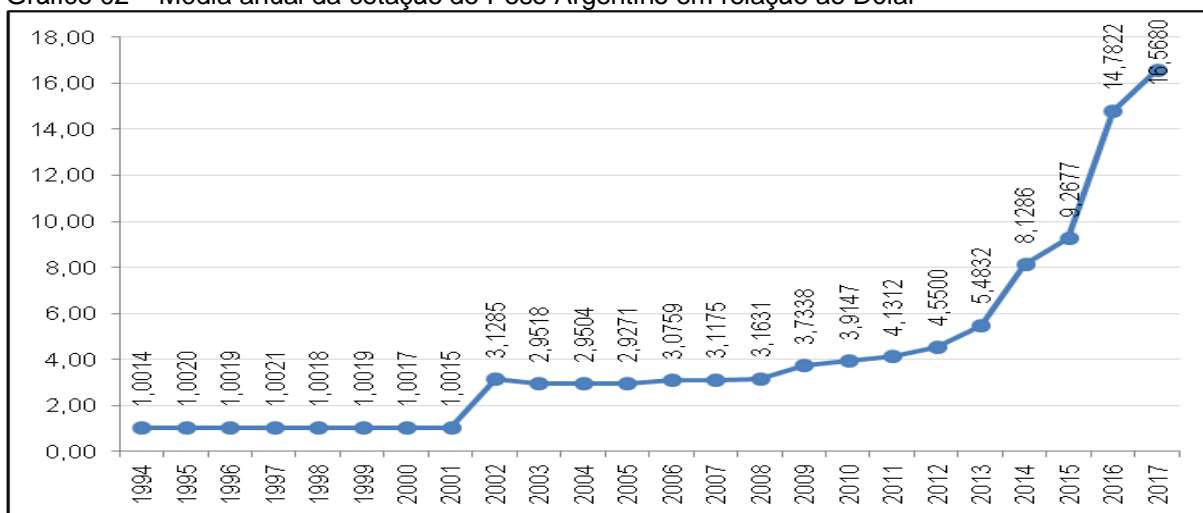
A seguir confere-se os efeitos do câmbio sobre cada um dos países membros do Mercosul.

#### 4.3.1 Efeitos sobre o Balanço de Pagamentos da Argentina

A Argentina viveu oito anos de estabilidade cambial, na qual praticava o regime de câmbio fixo. Em dezembro de 2001, último ano de seu equilíbrio, decretou moratória da dívida externa e adoção do câmbio flutuante, na época avaliada em mais de US\$ 132 bilhões de Dólares. Este foi o gatilho que desencadeou uma série de dificuldades, onde a desvalorização do Peso Argentino chegou a US\$ 3,12 Dólares, mais do que o dobro do ano anterior – vide Gráfico 02.

A cotação manteve-se na casa dos US\$ 3,00 Dólares de 2002 a 2011, quando sofreu influência (assim como o restante do mundo) da quebra da bolsa americana reprimindo o desenvolvimento do país por um longo período. De 2011 a 2017 a desvalorização da moeda foi tamanha, que a Argentina chegou a registrar US\$ 31,3 bilhões de Dólares negativos em sua conta corrente. Em contra partida, as exportações foram beneficiadas, fazendo sua conta de saldo em bens flutuar entre US\$ 5,5 bilhões de Dólares negativos e US\$ 15 bilhões positivos.

Gráfico 02 – Média anual da cotação do Peso Argentino em relação ao Dólar



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do BACEN (2002).

Em resumo, a partir do momento que a moeda argentina iniciou sua desvalorização, o saldo de transações correntes do país voltou a ficar positivo, pois as exportações foram favorecidas em função do Dólar.

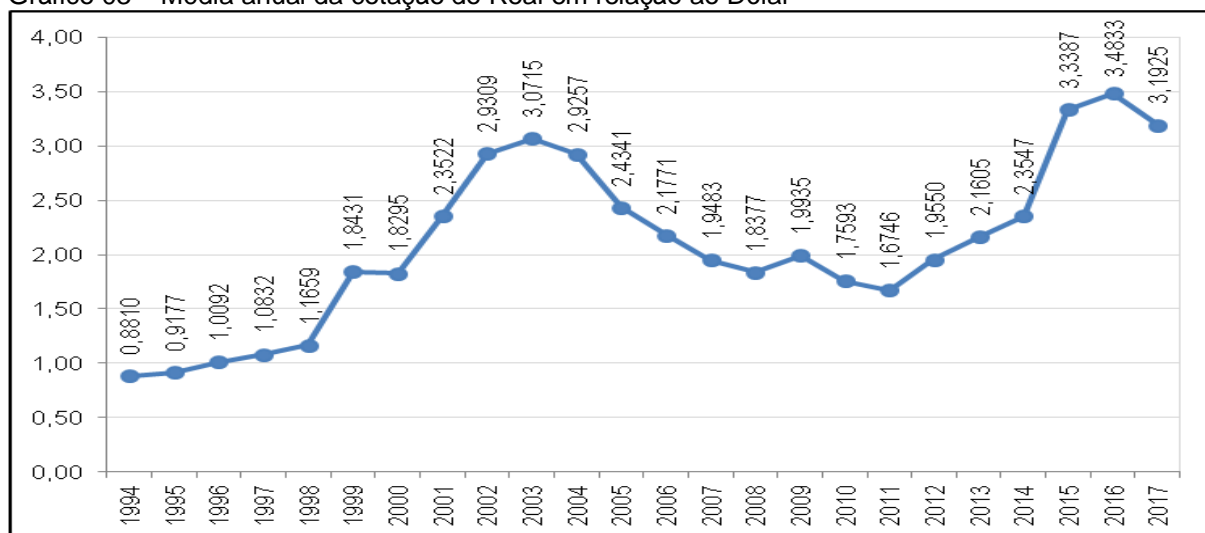
#### 4.3.2 Efeitos sobre o Balanço de Pagamentos do Brasil

Ferreira e Canuto (2001) argumentam que a abundância de capitais líquidos contribuiu com o financiamento do crescimento brasileiro, igualmente, as entradas destes meios ocasionaram um pagamento relacionado à dívida ativa.

Na década de 90 realizou-se diversos ajustes fiscais, tendo como resultado a redução da inflação. A saída para essa diminuição foi a implantação de uma nova moeda, em 1994, a fim de estabilizar a economia. Desde a implementação do Plano Real até o ano de 1998 a média anual manteve-se controlada, mas a inflação nunca foi extinta.

O Real pareado ao Dólar no primeiro momento foi positivo, incitou as importações que foram responsáveis por permitir a renovação de maquinário industrial. Logo no primeiro ano, as importações cresceram significativamente, o que explica a valorização gradual do dólar em comparação com o real e determinados déficits na balança comercial, já que apreciações cambiais são receadas por efeitos na competitividade do setor externo: prejudicam as exportações, desequilibram o balanço de pagamentos, o país sofre descapitalização e ocorre a não recuperação, pois o dinheiro das transações correntes sai e não retorna mais.

Gráfico 03 – Média anual da cotação do Real em relação ao Dólar



Fonte: elaborado pelos autores com base em BACEN (2002).

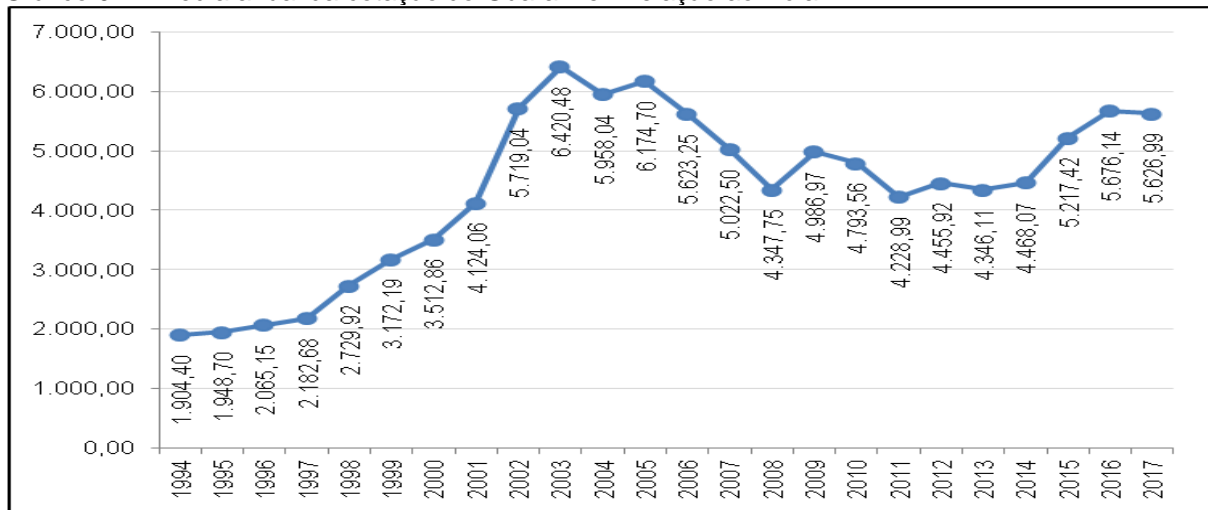
Em 1999 aconteceram mudanças no regime cambial, a modalidade bandas cambiais utilizada até o período deixou de ser usada e o regime de câmbio flutuante entrou em vigor. Nesse momento, ocorreu um aumento de R\$ 1,16 para R\$ 1,84 e o crescimento permaneceu após os anos até chegar ao auge em 2003, no qual um novo governo assumiu a política brasileira atingindo R\$ 3,07, conforme o Gráfico 03. Em seguida, o valor começa um movimento de baixa alcançando R\$ 1,83 no ano de 2008, a apreciação ocorreu devido crise imobiliária nos Estados Unidos. A partir de 2011, a média de R\$ 1,67 começa a subir alcançando médias até então desconhecidas. Em 2014, ocorreu um salto o qual alcançou R\$ 3,48 e o motivo foi a entrada de um novo governante. Além da média anual da cotação estar alta em função da política, o PIB também sofreu consequências e recuou por dois anos seguidos. Nota-se que historicamente a cotação do real lida com a volatilidade cambial, o que significa confronto íntimo com a instabilidade.

#### 4.3.3 Efeitos sobre o Balanço de Pagamentos do Paraguai

Desde o início da formação do bloco econômico, o Paraguai sofre de sucessivas desvalorizações de sua moeda, como é visto no Gráfico 04. Nos 10 primeiros anos, chegou a perder o valor de  $\text{₲} 4.053,64$ , devido a diversas crises econômicas, fazendo com que o país deixe de produzir. Em sua histórica relação comercial com os demais países, baseada na importação e exportação de produtos manufaturados, o Paraguai criou uma conjuntura de especial dependência de mercado, que resulta na contínua desvalorização de sua moeda.

O país também foi atingido pela crise na Argentina, mas além disso, é considerado como um país do paraíso da corrupção, falsificação e contrabando, atingindo uma inflação de 15% em 2003, apresentando um saldo de US\$ 17 milhões em sua conta corrente, e dívida pública de US\$ 2,2 bilhões. Em contrapartida, neste mesmo período, a conta de saldo em bens ultrapassou os US\$ 1,1 bilhões de dólares Americanos.

Gráfico 04 – Média anual da cotação do Guarani em relação ao Dólar



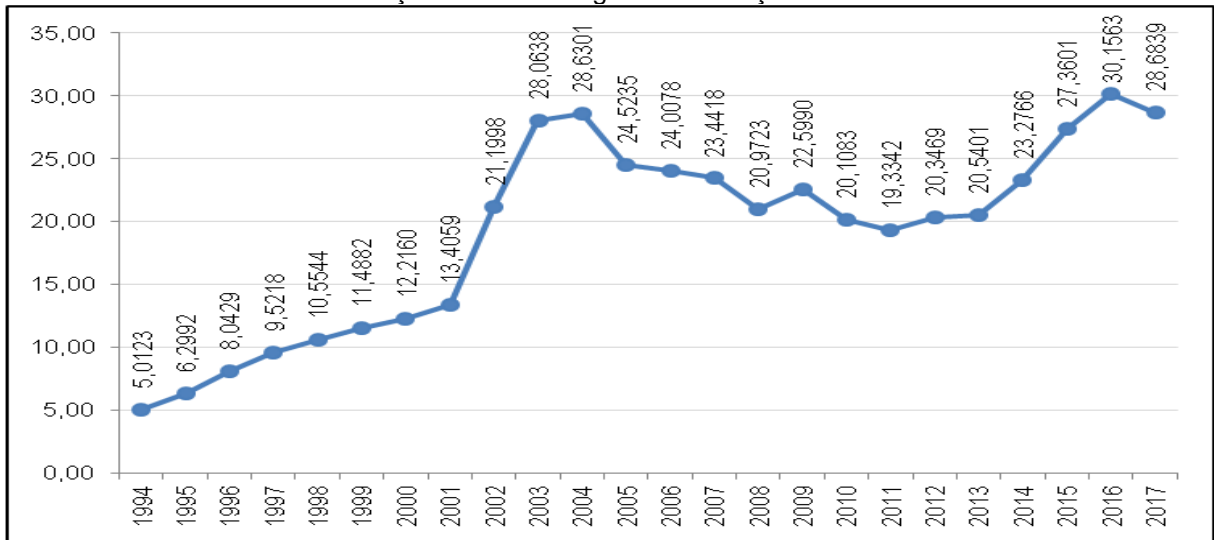
Fonte: elaborado pelos autores com base em BACEN (2002).

A partir de 2005, o Paraguai vivencia suaves atenuações em sua recessão, experimentando valores como o de 2011, onde a moeda chegou a custar apenas  $\text{₲} 4.228,99$  em relação ao Dólar – valor que não era visto desde 2002. Ainda, o Guarani segue desvalorizando até os dias atuais.

#### 4.3.4 Efeitos sobre o Balanço de Pagamentos do Uruguai

De 1994 a 2001 pode-se observar, através do Gráfico 05, uma linha sequencial crescente. No ano de 2002 verificou-se uma elevação além do esperado, onde a média de \$ 13,40 alcançou \$ 21,19 Pesos Uruguaios. No ano seguinte, a falta de padrão foi repetida: os desarranjos ocorreram em função da economia Uruguia que sentia efeitos de recessão, agravada pela crise na Argentina, uma de suas principais parceiras econômica. Todos esses acontecimentos proporcionaram a perda de competitividade dos produtos Uruguaios.

Gráfico 05 – Média anual da cotação do Peso Uruguaio em relação ao Dólar



Fonte: elaborado pelas autoras com base em BACEN (2002).

Em 2005 a cotação do câmbio inicia movimento mínimo de baixa, ou seja, valorização do Peso Uruguaio. Os nove anos posteriores demonstraram certa estabilização, e, durante esse tempo, o valor mais baixo registrado foi de \$ 19,3342 em 2011 e o mais alto em 2005 com \$ 24,5235. A movimentação em direção a desvalorização da moeda é retomada em 2016, apenas um ano depois a cotação atinge o valor máximo, nos anos analisados, \$ 30,1563, motivo possível foram as eleições do Estados Unidos da América que elegeu Donald Trump e a economia desse país foi renovada com a esperança de desinchar a direção do balanço de pagamentos que estava tomando consequentemente houve a valorização desse perante as demais economias. Em 2017 ocorreu uma oscilação baixa de apreciação, média do ano foi finalizada em \$ 28,6839. A previsão para o futuro não é de um panorama tão diferente.

Ao longo dos anos é possível identificar momentos de repentina ruptura de padrões tanto na desvalorização quanto na apreciação, o que caracteriza uma alta volatilidade cambial que está diretamente ligada com a inflação, reajuste dos produtos importados, elevação da taxa de juros e, portanto, o desestímulo na decisão de investimentos. Nota-se que as nações que compõe o Mercosul possuem um comportamento não-linear a respeito da cotação de suas moedas em relação ao dólar, conduta típica entre países emergentes.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Adiante serão elencadas e comentadas as constatações da pesquisa.

1) Todas as economias estudadas demonstraram ter uma política histórica de protecionismo, o que consequentemente tornou-as isoladas economicamente.

2) O Brasil é considerado a nação líder do Bloco Econômico Mercosul, por possuir grande poder de decisão em comparação com os demais países.

3) Através dos valores analisados, é possível dizer que a sustentação do bloco ocorre quase que única e exclusivamente pelo Brasil e pela Argentina.

4) As economias têm como ponto principal a exportação de commodities. A princípio, esse tipo de produto é considerado de baixo valor, sendo necessário exportar uma grande quantidade para obter volume em valor monetário. Em contra ponto, há poucos países que comercializam fortemente estes gêneros de itens.

5) De forma geral, as economias viveram diversos momentos de dificuldade: quebras, quase-quebras, inflação e hiperinflação. O Brasil possui baixa confiabilidade por esses fatores.

6) Acontecimentos mundiais quase sempre tiveram resultados – geralmente negativos – nos balanços de pagamentos dos países do Mercosul, principalmente quando ocorreram crises em países demasiadamente parceiros do Brasil, pois o abalo no líder por consequência atinge aos demais membros, ou seja, desempenhos mais baixos muitas vezes foram em decorrência de crises fora da região.

7) O câmbio influencia diretamente no balanço de pagamentos. A apreciação da moeda permite um desempenho melhor na conta balança comercial, pois incita a exportação e desestimula a importação, portanto o superávit torna-se mais palpável. No Brasil quando o real ficou pareado com Dólar, apresentou-se, no primeiro momento, uma situação positiva, pois incentivou a modernização do maquinário industrial. Sem embargo, no segundo momento o país foi prejudicado por não ter competitividade perdendo espaço nas exportações.

8) A cotação do Real e das moedas das demais economias analisadas comumente lidam com a volatilidade cambial, característica típica de países emergentes, onde a instabilidade é corriqueira.

9) Através dos gráficos foi possível constatar que diante de fatos históricos os países do bloco, em tese, tenderam a se comportar da mesma forma, porém em diferentes níveis e realidades.

10) O Brasil demonstrou dados mais elevados em todas as contas tanto em déficits como em superávits.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mérito do estudo visou interpretar a contabilidade dos países membros do Bloco Econômico Mercosul, a fim de compreender seu comportamento desde o momento da criação do bloco. Fundamentou-se no estímulo da criação de análises, no intuito de reduzir as incertezas sobre as variações do endividamento destes países, entender seu relacionamento, bem como desenvolver uma opinião mais crítica quanto ao que ocorre nas importações e exportações de bens, produtos e serviços. Objetivou-se esclarecer as políticas de câmbio pelas análises de modelos empíricos.

A partir da coleta de dados do FMI em consonância com análise histórica de acontecimentos mundiais, percebeu-se que os impactos provenientes de fatores políticos e econômicos afetam o Mercosul de uma maneira geral, não igualmente, mas tanto o prejuízo quanto uma promissora economia, sem dúvidas, afetam todos os países do bloco. A comprovação são as alterações de desempenhos nos resultados da maioria das contas, mas principalmente das transações correntes em diversos momentos distintos: 1) Quebra da Ásia; 2) Atentado de 11 de setembro; 3) Moratória da Argentina; 4) Crise imobiliária nos Estados Unidos da América; 4) Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

As informações do balanço de pagamentos do Brasil em relação aos demais países foram comparadas em diversos tópicos, e a busca desse objetivo revelou que este país é o protagonista do bloco econômico, dados os altos valores de suas contas internas e externas. É o principal aliado de seus parceiros, uma vez que sua quebra significaria a consequente quebra dos demais.

Os pontos fortes do Brasil em relação aos outros três países do bloco são os valores e a busca de investimentos diretos no país, é o que possui mais interesse

por parte de investidores e tal fato significa maior renda, mais empregos, imposto para o país além de que investidores são aplicam em locais dos quais entendem que são promissores. Outro ponto favorável é que apesar das economias em questão serem isoladas, o Brasil demonstrou mais abertura em sua política comercial do que os demais membros. A prova é que historicamente é o país do bloco que mais obteve iniciativa a acordos internacionais.

Como ponto negativo, é significativo destacar os recorrentes déficits nas transações correntes do país, em virtude deste não cultivar a poupança interna, por questões históricas e culturais, necessitando então importar economias do restante do mundo para assegurar sua demanda interna. O país luta para manter o resultado da conta corrente próximo a zero, na tentativa de conter a depreciação cambial. Mais uma conta que favorece o déficit brasileiro é a balança comercial, posto que o Brasil possui grande número de filiais de empresas multinacionais localizadas no país, que supostamente remetem seus lucros às suas matrizes no exterior.

Respondendo ao questionamento inicial da pesquisa, as contas externas do Brasil se encaminham para uma possível assemelhação com os países desenvolvidos, em relação aos demais países. Apesar das turbulências ocorridas na conta de transações correntes do país nos últimos anos, o Brasil segue em tendência de, no mínimo, apresentar equilíbrio ou um superávit no próximo período. Já a Argentina, segue sem previsões de melhora. O Paraguai e o Uruguai não têm números expressivos, por diversos fatores, para se destacarem sobre o Brasil.

Para um estudo mais completo, seria relevante correlacionar os dados obtidos sobre os balanços de pagamentos com as inflações de cada país, com a finalidade de alicerçar a compreensão da importância do alinhamento das contas internas e externas de cada país. Como sugestão para estudos futuros, propõe-se a elaboração de material que fundamente as formas de previsão de câmbio para contribuir no debate das medidas econômicas individuais e de blocos como o do Mercosul e também a correlação destes dados com os índices do efeito do risco-país sobre o balanço de pagamentos.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. A; LIMA, G. T. A structural economic dynamics approach to balance-of-payments-constrained growth. **Cambridge Journal of Economics**, 31(5), 755-774. 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A119.pdf>. Acesso em: 27 mar. 19.

BACHA, E. L; OLIVEIRA, L.C. **Mercado de capitais e dívida pública**: tributação, indexação, alongamento. São Paulo: ANBID, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informações econômico-financeiras**: séries temporais – metadados. BCB, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BARCELOS, R. H. et al. Competitividade e dimensões culturais: uma análise a partir dos blocos econômicos União Europeia e Unasul. **Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. 4, p. 544-558, 2016.

BASTOS, C. R.; FINKELSTEIN, C. **Mercosul**: lições do período de transitoriedade. 2. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.



CHAIN, C. P.; CAMPOS, V. F.; SANT'ANA, N. L. D. S.; VAZ, J. M.; SANTOS, A. C. D. **Disputas Comerciais na OMC e no MERCOSUL**: Divergências entre Brasil e Argentina sob a Perspectiva da Integração Regional. *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 25, p. 127-152, 2014.

FERREIRA, A.; CANUTO, O. Thirlwall's law and foreign capital service: the case of Brazil. **Workshop on "Macroeconomia Aberta Keynesiana Schumpeteriana: uma Perspectiva Latino Americana"**. Unicamp, Campinas, Brasil, jun. 27-28. 2001.

FMI. **Dados do BP e do IIP por economia**. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=b4a9517a-a080-4d8a-b1dd-d1bba58213b7>. Acesso em: 04 de ago. 2018.

GARRATT, D. **Macroeconomia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

HOLLAND, M.; VIEIRA, F. V.; CANUTO, O. Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint in Latin America. **Inv. Econ**, México, v. 63, n. 247, p. 45-74, mar. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-16672004000100045&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16672004000100045&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 27 mar. 2019.

KENEN, P. B. **Economia internacional**: teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KENNEDY, P. **Macroeconomia em contexto**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

KRUGMAN, P. R. A Model of balance of payments crises. **Journal of Money Credit and Banking**, v. 11, 1979.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MARIANO, J. **Economia internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

MARQUES, R.M. et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MEDICI, F. Términos de intercambio, cuenta capital y el modelo de crecimiento restringido por la balanza de pagos: un análisis empírico. **Cuad. Econ.**, Bogotá, v. 37, n. 74, p. 443-470, dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-47722018000200443&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47722018000200443&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 mar. 2019.

MEKITARIAN, E. **A integração latino-americana**: pensamento & realidade, v. 9, n. 1, p. 3-17, 2001.

MURTA, R. O. **Princípios e contratos em comércio exterior**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

RODRIGUES, A. G. **A cidadania como mecanismo indutor do desenvolvimento regional no âmbito do Mercosul**: desenvolvimento em questão. v. 8, n. 15, art. 3, p. 99-131, 2010.

RÜCKERT, A. A. O Rio Grande do Sul como um território de internacionalização segmentado do espaço nacional. In: VERDUM, R; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 277-291.

SAITO, A. T.; SAVOIA, J. R.; LAZIER, I. Fatores determinantes da disponibilidade de crédito nos países. **Revista Economia & Gestão**, v. 13, n. 32, p. 45-67, 2013.

SAMBATTI, A. P.; RISSATO, D.; BRANDENBURG, A. C. Investimento externo direto e a inserção internacional dos países em desenvolvimento: a experiência da China e do Brasil. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 113-129, 2011.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SOUSA, J. M. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, M. A. S. et al. **Gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VERSCHOORE FILHO, J. R. S. **Metade sul**: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

VIDIGAL, C. E. et al. **História das relações internacionais do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

WANG, Y.; FARIA, M. D.; CARVALHO, J. L. F. Investimento externo direto chinês no Brasil: motivações, desafios e perspectivas. **InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.